

Vigiar e punir no manicômio, na prisão e no seminário católico

Silvio José Benelli*

Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP

Resumo: Neste artigo estamos problematizando a produção da subjetividade no contexto institucional de um Seminário Católico. Recuperamos os estudos de Goffman para a leitura das instituições totalitárias, categoria onde incluímos nosso objeto de pesquisa. Situamos Goffman no contexto histórico do surgimento da sociedade disciplinar, tal como apresentada pelos estudos de Foucault. Encontramos muitos pontos de intersecção entre Goffman e Foucault. Munidos deste instrumental de análise, esboçamos alguns aspectos da pesquisa em andamento: apresentamos aspectos teóricos e práticos que ilustram o funcionamento do poder disciplinar no Seminário Católico, cartografando estratégias de vigilância, punição e produção de subjetividade no estabelecimento.

Palavras-chave: psicologia e religião; produção de subjetividade; análise institucional; seminário católico; instituições totais; poder disciplinar.

A produção da subjetividade nas instituições totais: uma releitura de Goffman

Neste artigo, procuramos problematizar a produção da subjetividade no contexto institucional de um Seminário Católico. Para tanto, estamos recuperando os estudos de Goffman (1987) para a leitura das instituições totalitárias, categoria onde incluímos nosso objeto de pesquisa. Consideramos que Goffman realiza uma modalidade de análise institucional que pode ser situada transitando entre os planos macro (ou molar) e micro dos fenômenos que ocorrem nos estabelecimentos fechados. Sua concepção explícita de poder é a de um poder essencialmente modelador, poder instaurado, repressivo e mutilador do eu em sua missão (res)socializadora. Isso parece ser o que Goffman apresenta numa primeira leitura.

Mas depois de estudar algumas das contribuições de Foucault e da Análise Institucional relativas à produção da subjetividade no contexto institucional, uma leitura mais atenta de Goffman (1987) nos permitiu então encontrar também uma dimensão produtiva do poder: há nele uma microssociologia dos estabelecimentos totalitários que explicita toda uma tecnologia de poder altamente criativa.

Certamente podemos identificar opressores e oprimidos, caracterizados pela equipe dirigente e pelo grupo dos internados, os primeiros modelam e os segundos são objetos de procedimentos modeladores. Apesar de o binômio dominadores-dominados dar a impressão de que o poder seja uma instituição, estrutura ou certa potência que um grupo detém, em

* Psicólogo, aluno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP/FCL-C. de Assis, Curso de Mestrado. Orientador: Dr. Abílio da Costa Rosa. Financiamento: FAPESP

prejuízo de outro, Goffman já revela de certa forma que poder é substancialmente relação e que são lugares que compõem a sua dinâmica.

Goffman (1987) descreve minuciosamente as reações de (contra)controle que os dois grupos antagônicos exercem um sobre o outro: há modelagem e resistências; vigilância permanente e recíproca; há lutas e conflitos nos planos macro e microfísicos. Goffman mapeia estratégias ostensivas de ataque e reações que se esboçam às vezes sutilmente, outras claramente defensivas ou sabotadoras. Mostra-nos como o grupo dos internados se defende dos esforços modeladores através de diversas táticas adaptativas e utilizando-se dos próprios recursos institucionais para construir um mundo pessoal contrário aos objetivos oficiais do estabelecimento. Há um clima de guerra permanente entre ambos os grupos antagônicos e, mesmo em cada grupo, há facções e disputas, relações de poder, forças em luta que compõem o cenário institucional.

Acreditamos que Goffman (1987), se não de modo explícito, já apresenta o poder como uma relação dinâmica de estratégias sempre atuantes, presente em toda parte, em todos os lugares. Tais lugares revelam-se como multiplicidade de relações de forças, em um jogo permanente que, através de lutas e enfrentamentos declarados ou velados, incessantes, transforma, reforça, inverte, origina apoios, pontos de resistência.

Contudo, sentimos a ausência de um campo no qual situar as análises de Goffman (1987) que nos permitisse localizar as “instituições totais” dentro de uma evolução geral das instituições. Esse campo de referências históricas que falta em Goffman, nós o encontramos na obra de Michel Foucault, no que se refere a uma história do desenvolvimento das instituições que se ocupam com presos, loucos, estudantes e doentes (FOUCAULT, 1984, 1999a, 1999b). Como já dissemos, parece-nos que Goffman não tem uma percepção apenas repressiva do poder, enquanto Foucault apresenta mais claramente o poder como portador de uma positividade produtiva, tanto de saberes quanto de sujeitos.

Manicômios, prisões e conventos: as instituições totais e seus mecanismos produtores de subjetividade

Goffman (1987) demonstra que há mais coisas em comum entre uma prisão e um convento, um asilo de loucos e um campo de concentração, entre um navio em alto mar e um internato escolar do que parece à primeira vista. Todos estes estabelecimentos utilizam mecanismos de segregação, estratificação social e modelagem da subjetividade, alternando punições, recompensas e a estratégia de dividir para reinar que não são necessariamente diferentes das relações de dominação e subjetivação, dos processos de poder em vigor em toda e qualquer sociedade. Mas nestes estabelecimentos, os mecanismos produtores de subjetividade são exacerbados, por se tratar de situações extremas. De certa forma, são estabelecimentos específicos e como que purificados, revelando as engrenagens do poder de modo mais explícito e evidente, próprias para a pesquisa em laboratório.

As análises de Goffman (1987) nos apresentam os procedimentos estruturados para a modelagem subjetiva e formas de repressão específicas que são efetuadas dentro dos muros das instituições totalitárias. Também nos revela que formas de repressão mais gerais se dão na sociedade de massas, produzindo efeitos sobre indivíduos e categorias sociais inteiras.

A possibilidade de reduzir a identidade social de um sujeito a um atributo estigmatizante ou a um único e exclusivo papel, que representa a categoria social mais baixa

dentro de um grupo fechado, é uma estratégia fundamental descoberta por Goffman (1987) nas comunidades fechadas que ele denomina de instituições totalitárias.

Goffman (1987) realizou uma pesquisa de campo no Hospital Sta. Elizabeths, em Washington D.C, em 1955-1956, nos Estados Unidos, cujo objetivo era o de tentar conhecer o mundo social do internado em hospital psiquiátrico, procurando captar a sua perspectiva subjetiva. Ele passava os dias com os pacientes e a direção do hospital sabia dos seus objetivos.

Partindo dessa pesquisa de campo e utilizando uma ampla bibliografia, o autor elaborou o conceito de “instituição total”, caracterizando-a pelo seu “fechamento” através de barreiras que são levantadas para segregar os internados do contato social com o mundo exterior. As proibições à saída estão muitas vezes incluídas no plano físico e arquitetônico da mesma. Seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente.

Goffman (1987) define a instituição total:

Como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (p. 11)

As instituições totais podem ser enumeradas em cinco categorias: a) as criadas para cuidar de pessoas que são consideradas incapazes e inofensivas, tais como as casas de cegos, asilos para idosos, órfãos e indigentes; b) locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça não intencional para a comunidade, como por exemplo, sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; c) as criadas para proteger a comunidade contra ameaças e perigos intencionais, sem se importar muito com o bem-estar das pessoas segregadas, onde se inserem as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração; d) as erigidas com a intenção de realizar de um modo mais adequado alguma tarefa instrumental, tais como: quartéis, navios, colégios internos, campos de trabalho, colônias; e) os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, que também podem servir como locais de instrução para religiosos, tais como: abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. Esta classificação não pretende ser completa, totalmente clara nem definitiva. É possível traçar um perfil geral a partir dessa lista de instituições, mas esse esquema não parece ser exclusivo delas e nem todos os traços se aplicam a todas elas.

As instituições fechadas por muros que delimitam seu território apresentam algumas características distintivas: os indivíduos internados têm, como parte de suas obrigações, uma participação visível, em momentos adequados, nas atividades do estabelecimento. Isso exige deles uma mobilização da atenção e do esforço muscular, além de certa submissão pessoal à atividade em questão. Esta participação obrigatória na atividade da instituição é considerada como um símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo, implicando também na aceitação por ele das conseqüências da participação para uma definição de sua natureza, do papel e da posição de internado. Os problemas da adesão visível nas atividades programadas da instituição são indicadores do modo como os indivíduos se adaptam (ou não) ao papel e à definição que o estabelecimento lhe impõe. Discursos e práticas, saberes e poderes se associam na produção da subjetividade dos atores institucionais.

Cada fase da atividade diária do internado é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas, todas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as coisas em conjunto. Todas as atividades são rigorosamente estabelecidas em horários contínuos, de modo que uma leva à outra e toda seqüência de atividades é imposta de cima,

por um sistema de regras explícitas e pelo grupo dirigente. Arregimentação, tiranização e controle pelo regimento legal são estratégias típicas do totalitarismo.

As várias atividades obrigatórias estão reunidas num plano racional e único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. Há um controle de muitas das necessidades humanas pela organização burocrática de grupos inteiros de internados. O controle e a vigilância sobre o conjunto dos internados, sob a responsabilidade do grupo dirigente, faz com que todos cumpram as normas estabelecidas e ao mesmo tempo, o que salienta a infração de um indivíduo no contexto global da obediência visível e constantemente examinada dos demais.

Existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado (os internados) e uma pequena equipe dirigente que os supervisiona. O grupo dos internados vive na instituição e tem um contato restrito com o mundo externo. A equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e pode estar integrada no mundo externo.

Cada um desses grupos tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis. Os internados podem ver os dirigentes como autoritários, condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os dirigentes costumam ver os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança. Os primeiros tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos e censuráveis. Os segundos costumam se sentir superiores e corretos. A mobilidade entre os dois estratos é grosseiramente limitada, geralmente há uma grande distância social entre ambos e esta é freqüentemente prescrita. Há também restrição de informações, sobretudo as relativas aos planos dos dirigentes para os internados, que não costumam ter conhecimento quanto ao seu destino. Assim, desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficiais, mas com pouca interpenetração.

O trabalho dentro dessas instituições, nas quais os internados têm o atendimento de todas as suas necessidades planejadas, apresenta características peculiares. O trabalho pode ser muito ou pouco, pode estar relacionado a um sistema de recompensas secundárias ou prêmios que estimulam o internado a prosseguir-lo. Como não há pagamento em dinheiro, mediação usual utilizada no mundo externo, há uma fraca motivação para executar o trabalho, para gastar mais ou menos tempo no seu término. O trabalho é geralmente uma forma de preencher o tempo ou um castigo propriamente dito. Ele contribui para o funcionamento da instituição, mas não é essencial. Existe uma incompatibilidade entre o funcionamento das Instituições Totais e as relações sociais capitalistas que regem o trabalho assalariado na sociedade atual. Elas parecem mais próximas do modelo feudal ou escravista.

A família também é outro elemento incompatível com a Instituição Total. A vida familiar e doméstica é contrastada com a vida grupal dos internados, que dificilmente podem manter uma vida doméstica significativa. A Instituição Total suprime um círculo completo de lares reais ou potenciais.

A Instituição Total é um híbrido social, constituído parcialmente enquanto grupo residencial e parcialmente como organização formal. Ela é um viveiro ou uma estufa que funciona como instrumento para modelar, mudar e transformar pessoas. Cada Instituição Total é, assim, um experimento natural de como se pode produzir subjetividade. É aí que reside seu interesse para a Psicologia que se ocupa com o estudo da Subjetividade e Saúde Coletiva.

Vigiar e punir: a constituição do poder disciplinar

Foucault (1999b, p. 118), ao estudar o funcionamento do poder nas sociedades modernas, afirma que procedimentos disciplinares já existiam há muito tempo, nos conventos, no exército, nas oficinas. “Mas as disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII formas gerais de dominação”. Elas seriam uma sofisticação da tecnologia conventual monástica que, apesar de implicar na obediência a um superior, tinham como objetivo principal o aumento do autodomínio:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais é útil, e inversamente (Foucault, 1999b, p. 119).

O corpo humano foi então submetido a uma “anatomia política” e igualmente a uma “mecânica do poder” que o esquadrinha, desarticula, recompõe. A disciplina fabrica corpos submissos, exercitados, fortes, aumenta sua aptidão e ao mesmo tempo sua dominação. Uma “microfísica” do poder produz um investimento político e minucioso do corpo, tendendo, desde o século XVII, a cobrir todo o âmbito social:

Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens. Sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno (Foucault, 1999b, p. 121).

Acreditamos que Goffman (1987) tenha como programa justamente proceder a uma observação minuciosa do detalhe, buscando, ao mesmo tempo, um enfoque político dessas pequenas coisas do cotidiano, utilizadas para o controle, a utilização e – diremos também – a produção de subjetividade no contexto institucional.

Características do poder disciplinar

Vamos apresentar o recenseamento que Foucault fez dos diversos procedimentos e técnicas que constituem o poder disciplinar e seus efeitos microfísicos.

Inicialmente, a tecnologia disciplinar promove a distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando diversos procedimentos: o enclaustramento (baseado no modelo conventual); o quadriculamento celular e individualizante (“cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”); a regra das localizações funcionais (vigilando ao mesmo tempo em que cria um espaço útil); a classificação e a serialização (individualizando os corpos ao distribuí-los e fazê-los circular numa rede de relações).

Assim, essa tecnologia, organizando celas, lugares, fileiras, cria espaços altamente complexos, incidindo nos planos arquitetônico, funcional e hierárquico:

São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (Foucault, 1999b, p. 127).

Em segundo lugar, a tecnologia disciplinar visa um minucioso controle da atividade. Fundamental para esse controle é a administração do tempo, através do estabelecimento do horário, tempo estritamente organizado, também a partir dos moldes monásticos, mas então afinados de modo radical: contam-se os quartos de hora, minutos, segundos. Regularidade, exatidão e aplicação são características fundamentais do tempo disciplinar.

Investe-se ainda numa elaboração temporal do ato, através de uma decomposição precisa dos gestos e movimentos, visando ajustar o corpo a imperativos temporais. Assim, “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (Foucault, 1999b, p. 129). O controle disciplinar põe o corpo e o gesto em perfeita e absoluta correlação, pois “um corpo bem disciplinado é a base do gesto eficiente” (Foucault, 1999b, p. 130). Procedese também a uma “codificação instrumental” do corpo que tem como objeto não a subtração, mas a síntese, ligando o indivíduo ao aparelho de produção.

O tempo monástico era fundamentalmente negativo, baseado no princípio da não-ociosidade. O tempo disciplinar, pelo contrário, visa à utilização exaustiva: baseia-se no princípio de uma utilização teoricamente crescente do tempo, intensifica o uso do mínimo instante, buscando extrair sempre mais forças úteis. O máximo de rapidez deve encontrar o máximo de eficiência.

Na medida em que o corpo vai se tornando alvo de novos mecanismos de poder, oferece-se também a novas formas de saber: logo o comportamento e as exigências orgânicas vão lenta e gradualmente substituir uma física algo tosca dos movimentos:

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias de um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade que não só é analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica” (Foucault, 1999b, p. 132).

Em terceiro lugar, há um aperfeiçoamento do “programa” da busca de perfeição místico-religiosa, que pretendia levar um indivíduo à santidade, sob a direção de um mestre, constituída por uma vida ascética organizada em tarefas com níveis crescentes de dificuldade. O poder disciplinar é genético, organiza gêneses: divide a duração em segmentos, organiza seqüências de acordo com um esquema analítico; institui uma prova de qualificação no final do processo; estabelece séries de séries.

O “exercício” é a técnica por excelência pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas, diferentes e graduadas. Já não visa a salvação da alma, mas foi transformado numa tecnologia política do corpo e da duração, num processo de sujeição interminável.

Finalmente, a tecnologia disciplinar visa a composição das forças. Reparte os corpos, extrai e acumula o tempo dos mesmos, buscando também compor forças para obter um aparelho eficiente. “O corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar” (Foucault, 1999b, p.139). A disciplina combina ainda séries cronológicas para formar um tempo composto, de modo a extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-las num resultado ótimo: através da arregimentação, todos os indivíduos cumprem suas tarefas em uníssono, sob um sistema preciso de comando.

Foucault (1999b, p. 141) sintetiza a produção que o poder disciplinar efetua a partir dos corpos que controla: uma individualidade caracterizada como celular (através do jogo da repartição espacial); orgânica (pois codifica formalmente as atividades); genética (ao acumular um tempo segmentado e serializado) e combinatória (pela composição das forças). A tecnologia disciplinar, aperfeiçoada sobretudo a partir da matriz conventual (Benelli, 2002),

tende a atravessar as diversas instituições que compõem o corpo social, incidindo num nível propriamente capilar e microfísico do tecido social. Através do processo descrito acima, o poder disciplinar constrói uma sociedade disciplinar, adestrando, produzindo coletivamente corpos individualizados e dóceis. Trata-se de uma modalidade de poder produtivo, e não essencialmente restritivo, mutilador ou repressivo, ele liga as forças para multiplicá-las e utilizá-las em sua totalidade, apropriando-se delas ainda mais e melhor. A ação do poder disciplinar é essencialmente produção de subjetividade moderna.

Instrumentos técnicos para o adestramento disciplinar

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. . . . O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (Foucault, 1999b, p. 143).

Visibilidade total e irrestrita é a nova estratégia utilizada pelo poder disciplinar para realizar o controle – sem uso da violência ostensiva – para o exercício de uma vigilância produtiva. Cria-se um dispositivo, “observatório” que obriga pelo jogo do olhar, um aparelho onde técnicas óticas efetuam manobras de poder: olho do poder que vigia, produz, torna inteiramente visíveis os indivíduos sobre os quais incide:

O acampamento militar é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas (Foucault, 1999b, p. 144).

Há uma problematização da arquitetura no sentido de tornar visíveis e observáveis os que nela se encontram. A arquitetura passa assim a ser um operador que visa à transformação dos indivíduos: sua incidência sobre aqueles que abriga produz um domínio sobre seu comportamento, propaga até eles efeitos de poder, expõem-nos ao saber e ao conhecimento, modifica-os:

Assim é que o hospital-edifício se organiza pouco a pouco como instrumento de ação médica . . . um operador terapêutico. Como a escola-edifício deve ser um operador de adestramento . . . um aparelho de vigiar (Foucault, 1999b, p. 145).

Há uma objetivação progressiva e um quadriculamento detalhado dos comportamentos individuais:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento (Foucault, 1999b, p. 145).

Um estabelecimento circular, o “*Panopticon*” de Bentham (Foucault, 1984, 1999b, 1999c), capacitaria perfeitamente que o olho do poder vigiasse efetiva e permanentemente tudo, ao mesmo tempo fonte de luz e ponto de convergência do que deve ser sabido. A estrutura piramidal permite a organização de uma vigilância escalonada: forma uma rede sem

lacunas, multiplicando seus degraus, de forma discreta, potencializando os efeitos do dispositivo disciplinar. A decomposição hierárquica, piramidal, do poder disciplinar aumenta sua sutileza e sua função produtiva: tornar a vigilância mais escalonada é torná-la mais funcional, nas diversas instituições disciplinares.

A vigilância hierarquicamente escalonada

A vigilância hierárquica:

organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo . . . seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados . . . funciona como uma máquina . . . é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (Foucault, 1999b, p. 148).

Poder “discreto” que funciona silencioso e permanentemente, poder “indiscreto” onipresente, onisciente, que tudo vê, tudo sabe, sempre atento, alerta, esquadrinhando e controlando continuamente os indivíduos, através de “olhares calculados” em jogos ininterruptos, todos vigiam a todos:

Graças às técnicas de vigilância, a física do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência, menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico” (Foucault, 1999b, p. 148).

A sanção normalizadora (microtribunal e as micropenalidades institucionais)

Um mecanismo penal autônomo funciona no interior das diversas instituições disciplinares, possuidor de um privilégio auto-outorgado de fazer justiça, de impor leis próprias, elaborar catálogo de delitos específicos, criar instâncias de julgamento e formas particulares de sanção. Uma ordem jurídica se inscreve no cerne dessas instituições: os regulamentos obrigam tanto quanto a sanção legal no campo jurídico, sanção terapêutica no hospital, pedagógica na escola, reeducativa na prisão.

Uma micropenalidade repressiva atua sobre os mais ínfimos comportamentos e detalhes de conduta. Todo um conjunto de processos sutis são organizados num plano que vai do castigo físico, passando por privações calculadas até as pequenas humilhações. Aquele que se afasta ou não se submete à norma, receberá a sanção que se destina a fazê-lo retornar ao interior da norma. Goffman (1987, p.24) apresenta os “processos de mortificação do eu” como processos padronizados que expressam e exemplificam o funcionamento da sanção normalizadora.

O “circuito”, descrito por Goffman (1987, p.40) “como uma perturbação na relação usual entre o ator individual e seus atos”, permite penalizar os aspectos mais tênues do comportamento, inserindo o indivíduo num universo punitivo e persecutório. No “circuito”, uma agência cria uma resposta defensiva no internado e depois utiliza essa resposta para seu ataque seguinte. O indivíduo descobre que sua resposta protetora diante de um ataque à sua

pessoa falha na situação, pois não pode defender-se da forma usual ao tentar estabelecer uma distância entre si mesmo e a situação mortificante.

Goffman (1987, p. 41) indica também a tiranização do indivíduo através de um processo de infantilização social que retira dele sua autonomia, sua liberdade de ação e sua capacidade de decisão, perturbando decididamente sua capacidade de autodeterminação. As menores partes de sua atividade ficam sujeitas a regulamentos e julgamentos da equipe dirigente. A vida do internado é constantemente vigiada e sancionada do alto, sobretudo no período inicial de sua estada, antes dele acostumar-se e submeter-se aos regulamentos sem pensar. Cada especificação normativa da conduta priva o indivíduo da oportunidade de equilibrar suas necessidades e objetivos de maneira pessoalmente eficiente, violentando a autonomia pessoal. O controle minucioso é extremamente limitador numa Instituição Total.

Além da tiranização, o internado também está submetido ao processo de arregimentação (Goffman, 1987, p. 44), que indica a obrigação de executar a atividade regulada em uníssono com grupos de outros internados.

Também existe um sistema de autoridade escalonada (Goffman, 1987, p. 45): qualquer pessoa da equipe dirigente tem o direito de impor disciplina a qualquer dos internados, o que aumenta claramente a possibilidade de sanção. No mundo externo, o adulto normalmente está sob a autoridade de um único superior no trabalho, sob a autoridade do cônjuge na vida doméstica e a autoridade escalonada da polícia não é onipresente. Os internados podem viver, sobretudo os novatos, aterrorizados e cronicamente angustiados quanto à desobediência das regras e suas conseqüências, pela onipresença da autoridade escalonada e pelos regulamentos difusos.

De acordo com Foucault (1999b, p. 149), o objeto de punição disciplinar é o desvio do que prescreve o regulamento, lei que programa o funcionamento institucional. A inobservância, a inadequação à regra, o afastamento da mesma são áreas de abrangência da penalidade disciplinar, que é essencialmente jurídica.

Para corrigir os desvios, o castigo disciplinar deve ser fundamentalmente corretivo, baseado no exercício repetido, como condição de um aprendizado intensificado. Castigar é então punir com exercícios, numa insistência redobrada à norma.

Elabora-se uma microeconomia baseada no sistema de gratificação-sanção: uma qualificação dos comportamentos e desempenhos como bons ou maus, positivos e negativos, que passam a ser mensuráveis por notas ou pontos, quantificados, contabilizados. “Uma contabilidade penal, constantemente posta em dia, permite obter o balanço positivo de cada um” (Foucault, 1999b, p. 151). O passo seguinte é a integração dessa microeconomia penal perpétua no saber, no conhecimento dos indivíduos: as notas indicam a natureza dos indivíduos bons e maus, os alunos “fortes” e “fracos”, num processo de diferenciação individualizante (Pompéia, 1997, p. 75: “o Livro das notas”). O comportamento geral do indivíduo é sempre tomado como indicador de patologia ou de convalescença (Goffman, 1987).

O sistema microeconômico de gratificação-sanção é denominado por Goffman (1987, p. 49-58) de “sistema de privilégios” que inclui os “ajustamentos primários”, “ajustamentos secundários”, prêmios e castigos.

A penalidade perpétua, nas instituições disciplinares, normaliza os indivíduos, diferenciando-os uns aos outros com base no critério da norma: “o que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto” (foucault, 1999b, p. 152).

No regime disciplinar, o objetivo da punição não é obter a expiação nem promover a repressão, afirma Foucault. Ela produz sujeitos normalizados ao relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto normativo ideal que funciona ao mesmo tempo como parâmetro de comparação, espaço diferenciador e princípio de uma regra a seguir.

O parâmetro normativo funciona coagindo a uma conformidade a realizar, traçando limites, estabelecendo diferenças, criando fronteiras entre o normal e o anormal. Assim, o poder da Norma se baseia em um conjunto de fenômenos observáveis, na especificação de atos em um certo número de categorias gerais, fazendo funcionar a oposição binária do permitido e do proibido, produz diferenciação e classificação, hierarquização e distribuição de lugares. A regulamentação normalizante não produz homogeneidade, ela individualiza, mede desvios, determina níveis, fixa especialidades, torna úteis as diferenças, ajustando-as entre si, introduz toda a gradação das diferenças individuais.

O exame: ritual tático de vigilância e sanção normalizadora

As técnicas da vigilância escalonada e da sanção que normaliza se unificam na produção da tecnologia do exame, que produz efeitos de controle normalizante e uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Técnica sofisticada onde poder e saber se superpõem, se imbricam profundamente: “No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (Foucault, 1999b, p. 154), mecanismo no qual relações de poder permitem obter e constituir campos de saber.

O hospital, a escola e o exército se organizaram como “aparelhos de examinar” contínuos: a visita do médico ao doente no hospital e o exame escolar funcionaram como limiar epistemológico para a assunção científica da medicina e da pedagogia. Da mesma forma, inspeções permanentes no exército permitiram o desenvolvimento de um grande saber tático. “O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder” (Foucault, 1999b, p. 156).

Segundo Foucault, o exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder: o poder disciplinar, ao exercer-se torna-se invisível, mas os objetos aos quais se aplica são submetidos a um princípio de visibilidade obrigatória. “É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém o sujeito indivíduo disciplinar” (Foucault, 1999b, p. 156). O exame é a técnica pela qual o poder capta os indivíduos num mecanismo de objetivação, organiza objetos no espaço que domina, até em seus graus mais baixos.

Além disso, o exame também insere a individualidade num campo documentário: relatórios, prontuários, fichas, arquivos e pastas pessoais, dossiê são alimentados com detalhes que captam e fixam os sujeitos numa rede de anotações. “Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária” (Foucault, 1999b, p. 157). Goffman (1987, p. 25) também apresenta a prática da realização dos “processos de admissão” e do “dossiê” pessoal (Idem, p. 31-32).

A escrita disciplinar também possui efeitos individualizantes e normalizantes: ela descreve e analisa o objeto indivíduo, mantendo-o em seus traços singulares, submetido a um saber permanente. É aí que Foucault localiza o nascimento das ciências humanas, elaboradas no bojo de relações de saber/poder que realizam a coerção dos corpos, gestos e

comportamentos. Trata-se de uma dominação produtiva, que não opera por subtração ou repressão, mas visa à diferenciação e a multiplicidade útil dos sujeitos.

Por fim, o exame, cercado por esta técnica da documentação, transforma o indivíduo em um “caso”: objeto de conhecimento e de poder, ao mesmo tempo: “O ‘caso’ . . . é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, etc.” (Foucault, 1999b, p. 159). Goffman (1987, p. 70) também apresenta o “registro de caso” que vai sendo produzido ao longo da carreira do internado.

O exame encontra-se no centro mesmo dos processos que individualizam os sujeitos como efeito e objeto de poder e de saber: “Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (Foucault, 1999b, p. 161).

Foucault e Goffman no estudo das instituições e de seus efeitos na produção de subjetividade

Acreditamos que a leitura de Goffman (1987) a partir das análises de Foucault (1999b) pode nos proporcionar um enriquecimento fecundo na compreensão dos processos de produção de subjetividade na sociedade contemporânea e, de modo específico, no contexto institucional de um Seminário Católico, que é nosso objeto de pesquisa de mestrado.

Goffman (1987) diz o que são, como funcionam e indica o que produzem as Instituições Totais. Foucault (1984, 1999a, 1999b), por sua vez, nos revela como são possíveis as instituições disciplinares e quais as razões de sua emergência, além de apontar para sua futura obsolescência e seu desaparecimento. Finalmente, será Deleuze (1992) aquele que nos revela a emergente sociedade de controle como superação da sociedade disciplinar.

Curiosamente, como vimos, Foucault (1999b) nos apresenta uma sociedade disciplinar sem brechas, onde a resistência ao poder parece impossível. Movimentos de resistência e mesmo sua possibilidade parecem ausentes no horizonte do livro *Vigiar e Punir*. Será em outros momentos que Foucault (1982, 1999c) abordará o assunto.

As análises de Goffman (1987) são extremamente agudas quando estudam as formas da organização do dispositivo institucional. Se ele não chega a articular uma microfísica do poder no contexto institucional e social, como faz explicitamente Foucault, isso aparece numa leitura atenta em sua investigação do manicômio, da prisão e do convento. Goffman não pode conceituar o poder como relações de força em guerra; entretanto, é assim que sua análise o revela: produzindo no nível microfísico, exatamente do modo como o poder opera, para além dos limites teóricos e conceituais do autor.

Ao estudar as relações intra-institucionais, ele oscila entre os planos molares e microfísicos: estabelece polaridades de poder e não-poder, nas quais, aparentemente, este seria privilégio de um grupo minoritário que infligiria a outro mais numeroso as conseqüências do abuso do poder; mas também apresenta um poder que se estende como uma rede de pontos, relações móveis, resistências, efeitos repressivos, coercitivos e, inclusive, produtivos. Estão explícitas as mais diversas estratégias anônimas de poder.

Das práticas não-discursivas emergem concepções do objeto institucional e a natureza dos meios e instrumentos utilizados para trabalhá-lo. Normalmente, essa teoria e técnica da

prática (pois, “na prática, a teoria é outra”) costumam estar em franca contradição e conflito com o discurso institucional oficial.

Goffman (1987) analisa as práticas não-discursivas, o não-dito institucional, mas que é claramente visível (e não oculto) e, portanto, dizível: ele os articula com grande sutileza. Goffman faz os “detalhes” (Foucault, 1999b, p. 120) mais pitorescos e aparentemente insignificantes do cotidiano institucional falarem: percebemos então o plano microfísico das relações intra-institucionais, superando a pura e simples dimensão organogramática (molar) e mergulhando nas diferentes estratégias nas quais o poder se ramifica, circula, domina e produz.

A subjetividade é uma produção eminentemente social e, portanto, coletiva. No contexto institucional, ela é produzida na intersecção das práticas discursivas (imaginárias e simbólicas) e das práticas não-discursivas. Podemos dizer que o discurso subjetiva tanto quanto as práticas. Geralmente, o discurso oficial se apresenta lacunar (ideológico) e as práticas trazem embutidas, nas suas próprias condições de possibilidade, um outro discurso que, apesar de não-dito, é perfeitamente visível e extremamente efetivo quanto à produção de subjetividade.

As práticas sociais não-discursivas podem ser detectadas nos detalhes do cotidiano do funcionamento institucional: são aqueles aspectos realmente concretos do modo como se fazem as diversas atividades, incluem ainda o aspecto arquitetônico, o organograma formal e informal e o mobiliário. Estudando o modo concreto através do qual se executam as tarefas, podemos deduzir toda uma teoria e uma técnica relativas ao objeto institucional: as práticas embutem conceitos, definições, procedimentos e instrumentos para manuseio do objeto. Trata-se de fatos observáveis, visíveis, que não estão necessariamente ocultos. Eles tendem a não serem percebidos por seu caráter demasiadamente óbvio e por serem recobertos pelo discurso lacunar, que costuma mascará-los.

Vimos Foucault demonstrar como o poder produz práticas das quais extrai um saber sobre o objeto ao qual ele se aplica. Há uma íntima relação entre o exercício do poder e a produção de saber. Relações de poder enformam práticas das quais emergem discursos, num procedimento circular produtivo, do qual emergem indivíduos, sujeitos, subjetividade.

O Seminário Católico: instituição total produtora de subjetividade

Historicamente, tem predominado na cultura eclesiástica o modelo segregativo clássico do Seminário como instituição onde se cultiva e desenvolve a vocação sacerdotal nos candidatos (CABRAS, 1982; TAGLIAVINI, 1990; ROCHA, 1991). Esse equipamento educativo realiza funções de internação, de custódia e de coação, com uma rica e vasta difusão de mecanismos capilares de controle social no estabelecimento. Detectamos também a dificuldade de adequação das práticas formativas (métodos de trabalho formativo) aos princípios abstratos (teológicos e doutrinários) que regem, no plano do saber, a formação sacerdotal.

A vocação sacerdotal é o objeto institucional do Seminário Católico. O jovem vocacionado que chega às portas do Seminário, ao cruzá-las, é recebido como um seminarista, criatura institucional, ser hipoteticamente dotado de “vocação sacerdotal”. Podemos dizer que o paradigma da Cristandade construiu a “vocação sacerdotal” como um objeto ontológico e elaborou ao longo do tempo um sistema organizado de teorias, normas e serviços – um

processo de discernimento (diagnóstico) que visa a um prognóstico (a certeza da vocação que levará o indivíduo à ordenação sacerdotal).

Finkler (1990) é um excelente representante do discurso eclesiástico relativo ao processo formativo, organizando um saber minucioso e específico sobre o tema. Seu livro é um autêntico manual teórico-prático para superiores e formadores aprenderem como se realiza a formação religiosa e sacerdotal.

Finkler (Idem, p. 21-22) explicita três elementos que caracterizariam a autêntica vocação religiosa ou sacerdotal: a) “o chamado de Deus”, através do qual o jovem se sente intimamente atraído por uma vida de amor total a Deus; b) “a decisão pessoal de dar um sim a esse chamado, para a pessoa ser algo diferente do que é”, justificando essa decisão de converter-se em outro, de modificar-se, utilizando-se de explicações tais como: “porque o Senhor é grande, misericordioso e amável ao ponto de merecer que a gente deixe tudo para segui-lo... Vale a pena entregar minha vida por ele, pois eu o quero mais do que a qualquer outra pessoa e acima de todas as coisas... Quero ajudá-lo a salvar o mundo pondo-me ao seu serviço... etc.”; c) “a aceitação do candidato por parte do superior responsável pela instituição”, indicando ao candidato que há motivos suficientes para iniciar um trabalho de formação.

A convergência de três elementos que tornam concreta a vocação sacerdotal é efetuada mediante um processo de formação:

Formar, no sentido de uma tarefa que o formador há de desenvolver, consiste em ajudar o formando a crescer. O crescimento é um processo interno que se dá através de diversos fatores da dinâmica psíquica da pessoa. Os três principais são os seguintes: o conhecimento de si mesmo; o controle da energia e da potencialidade interna; canalização destas energias no sentido do ideal vocacional (finkler, 1990, p. 53).

O objetivo geral da formação é descrito nos seguintes termos: “transformar o homem natural num homem aberto à transcendência” e o seu objetivo específico seria: “a partir do homem transcendente e cristão, desenvolver a personalidade própria do religioso (ou do sacerdote)” (Finkler, 1990, p. 55).

Portanto, para o formando, formar-se significa aderir profundamente aos valores evangélicos, doutrinários e assumir um modo de vida específico, buscando tornar-se cada vez mais semelhante a Jesus Cristo. Há toda uma antropologia, uma psicologia e uma sociologia teológicas, frutos de uma leitura a partir da doutrina católica que o formando deve introjetar e que o processo formativo procura lhe inculcar. Trata-se mesmo da constituição de um saber sobre a formação sacerdotal (Rulla, 1981; Brandão, 1984; López, 1985; Giordani, 1990; Finkler, 1990; Scherer, 2001).

No processo formativo, trata-se de internalizar os valores morais de maneira tal que fiquem perfeitamente integrados à personalidade do candidato ao sacerdócio. Esses elementos interiorizados devem chegar a se tornar estruturais na personalidade, transformando o indivíduo através de um processo psicológico-espiritual de internalização dos valores evangélicos.

Finkler (1990) ainda apresenta uma série de instrumentos formativos, que podemos entender como expressões de um arsenal tecnológico de modelagem subjetiva: a) motivação, b) revisão de vida, c) prática do discernimento espiritual e comunitário, d) projeto de vida comunitária, e) entrevista pessoal periódica com o formador. É bastante clara a função política que o formador desempenha, ao manejar toda essa série de instrumentos e técnicas que constituem o processo formativo eclesiástico.

Os “casos difíceis” põem em funcionamento os aspectos de aparelho judiciário do processo formativo. Finkler (1990, p. 248) se refere explicitamente a critérios jurídicos, colocando o formador num inequívoco papel de juiz. É preciso instaurar um inquérito para examinar e apurar a verdade, o que permitirá tomar a decisão mais adequada.

O Seminário funciona (ao menos assim se legitima) com base na relação codificada entre a definição do objeto “vocação sacerdotal” (dando-lhe um estatuto ontológico) e a explicitação de um projeto pedagógico-formativo coerente com esta concepção, buscando como objetivo a ordenação sacerdotal dos indivíduos realmente vocacionados (João Paulo II, 1992). A vocação sacerdotal pode ser autenticada pelos formadores responsáveis através da observação de seus indícios no candidato, ao longo dos anos de formação passados no Seminário (Scherer, 2001).

Uma de nossas hipóteses é que a Igreja procurou construir um objeto que não possui estatuto ontológico, reificado, objetivável e observável. Provavelmente, a vocação “sacerdotal” é um objeto de estatuto ético-estético construído na existência global, complexa e concreta dos candidatos no coletivo institucional do Seminário.

Os seminaristas costumam sentir o enclaustramento como perda da liberdade; utilizam o quarto individual como refúgio e espaço de privacidade e autonomia pessoal; o alívio parcial e incompleto das necessidades econômicas dentro de uma relação de tutela informal, onde não se pode trabalhar para obter dinheiro, expõe os seminaristas a situações humilhantes e paradoxais: sentem-se pressionados pela gratuidade da sua vida na instituição a responder com bom desempenho nas várias atividades formativas, a cobrança produz neles uma sensação de inferioridade e pouca valia pessoal; o tempo é experimentado como rotineiro, bastante controlado e vigiado; desligamentos misteriosos de colegas produzem ansiedade, pânico, persecutoriedade e sentimento de ser descartável, lançam mão dos ajustamentos secundários, através de ações que mostram sua resistência à modelagem subjetiva e de diversos processos adaptativos (conversão, colonização e, sobretudo, a estratégia da “viração” e da dissimulação) para burlar o processo normatizador institucional ao qual estão submetidos. Os seminaristas lidam com a informação de um modo denegatório e a fofoca parece ser o principal indicador desse mecanismo. A vida no contexto institucional pode ser experimentada pelos seminaristas como algo altamente aversivo, experiência que não se deseja mais repetir. A percepção da diferença entre o discurso oficial formativo e a prática concreta do aparelho repressivo parece corroer as bases da convivência comunitária, minando a confiança e a segurança dos seminaristas.

Se o objetivo do Seminário é formar sacerdotes, trabalhando a subjetividade dos seminaristas internados através do processo formativo descrito no Regimento Interno, discurso oficial no qual figuram os objetivos da instituição, estamos constatando que são realmente mais formadoras e modeladoras da subjetividade dos seminaristas internados as práticas sociais que se desenvolvem no contexto institucional. As alterações que realmente ocorrem parecem não ser as desejadas pela equipe dirigente. Os seminaristas parecem se submeter e deixar-se educar, reorganizar-se subjetivamente, mas eles se defendem da “reforma” normatizadora imposta, utilizando-se dos ajustamentos secundários, habituando-se a costumes contrários ao discurso formativo da instituição e também se valendo da estratégia de “dançar conforme a música”.

Acreditamos que o processo formativo oferecido pelo estabelecimento Seminário, ao padecer das mazelas estruturais das instituições totais, apesar da sua especificidade e de alguns aspectos positivos (alto padrão de vida oferecido aos seminaristas, concedendo-lhes um grande enriquecimento sócio-cultural, inclusive com titulação acadêmica), ao funcionar a partir de um dispositivo tipicamente disciplinar, segrega, esquadrinha e submete os

seminaristas, que procuram resistir como podem ao processo. Entendemos que os efeitos repressivos desse aparelho institucional impedem que a formação oficialmente buscada seja alcançada.

Totalitarismo, vigilância e punição no Seminário Católico

No Seminário estudado, instituição totalitária, a fofoca e os boatos que surgem e circulam entre os seminaristas, nos diversos grupos primários de referência que se formam espontaneamente, parecem funcionar como a rede de vigilância hierárquica escalonada: todos se vigiam, se policiam a si mesmos, normalizando-se pessoalmente; vigiam e policiam os demais, normalizando-os. Os agentes da equipe de formadores não têm que fazer praticamente nada. A máquina vigilante funciona automaticamente, controlando a todos, espalhando “poder” em todos os sentidos e direções. “Fulano e sicrano saem muito juntos... devem ter um caso.” “Parece que beltrano e fulano estão namorando.” “Todo dia o nome do sicrano está no quadro que indica as saídas à rua.” “Fulano de tal não vai na missa faz duas semanas.” Comenta-se sobre detalhes da vida alheia à boca pequena nos pátios, corredores e grupinhos, tecendo a crônica institucional dos amores, traições, invejas, ausências, escapadelas, futricas, rivalidades. Palavras maldosas que envenenam, que destroem reputações, que produzem uma normalização cujo combustível é o medo, o terror da “foice que corta cabeças”, expressão institucional que indica a expulsão, vergonha escandalosa.

A fofoca, sublimação verbal da agressividade no cenário institucional, produz comportamentos corretos, participação responsável nas atividades, cumprimento pontual das tarefas e deveres. Os próprios grupos diocesanos elegem um seminarista como coordenador que assume o posto de um autêntico “reitorzinho”, reproduzindo as mesmas relações autoritárias com seus pares, subordinados que se deixam governar, obedientes. O coordenador coloca indivíduos na berlinda em reuniões quinzenais do grupo diocesano, chama seus membros à ordem, corrige-os em público, cobra explicações e critica comportamentos individuais que pareçam inadequados e prejudiciais para a boa imagem do grupo.

Trata-se assim de uma sociedade transparente, visível em cada um de seus componentes, onde “cada um, do lugar que ocupa possa ver o conjunto . . . que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um . . . cada camarada torna-se um vigia” (Foucault, 1999c, p. 215).

“Estar na mídia”, ser alvo dos comentários dos membros da instituição, é algo percebido como perigoso pelos seminaristas; por isso devem apresentar uma fachada pública inatacável, ou então posicionar-se com firmeza diante da fofoca destrutiva dos “camaradas”. A opinião se erige como instância de julgamento, visando impedir inclusive que os seminaristas possam agir mal, pois se percebem envolvidos num campo de visibilidade total no qual a opinião dos colegas, seus olhares e discursos funcionam como um controle disciplinar normativo: o medo da opinião tende a impedi-los de realizarem comportamentos, gestos, atitudes, hábitos, discursos inadequados (quando e se os fazem, procuram ocultá-los cuidadosamente).

Se as pessoas são vistas por um tipo de “olhar piramidal”, imediato, coletivo e anônimo, temos aí a efetuação de um poder que se exerce simplesmente porque que as coisas serão sabidas, descobertas. O Seminário é descrito por seus habitantes como “bastidores” e “caixa de ressonância” da realidade eclesial. O olhar vigilante produz a interiorização, sem utilizar violências físicas, coações materiais. “Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar

sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo” (FOUCAULT, 1999c, p. 218).

Notamos uma espécie de má-fé, de desconfiança tácita e recíproca entre os seminaristas, estes e a equipe de formadores, esta e os bispos responsáveis pelo estabelecimento, e vice-versa, nesses mesmos níveis. Parece que o Seminário exemplifica bem a constituição “de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências” (Foucault, 1999c, p. 221).

O Seminário é também um estabelecimento que, ao impor a lei do celibato compulsório aos candidatos ao sacerdócio, utiliza mecanismos aparentemente repressivos para controlar a sexualidade dos seminaristas, mas o que realmente faz é incitá-la, acaba por fomentá-la ao proibi-la. Ao encerrar os seminaristas como um grupo monossexuado no claustro totalitário, acaba por produzi-la perversa e polimorfa.

Sobre a “Formação Humano-Afetiva” (CNBB, 1995), denominação assepsiada da sexualidade no jargão eclesiástico, pouco se fala. Sobre sexo, há um enorme silêncio. Educação para o celibato? Há apenas balbucios, ou enormes lacunas no discurso. Porém, se sobre isso não se fala, “isso” fala, numa intensificação dos afetos e dos corpos, num intenso erotismo que, passando pelo flerte, paquera, se configura eventualmente em relacionamentos, em “casos”, em prováveis namoros, na formação de casais apaixonados, em amores secretos, nem sempre discretos.

O Seminário é atravessado pelo poder disciplinar que predomina na sociedade moderna, encarnado no estabelecimento através de técnicas, procedimentos, estratégias, tecnologias produtivas que visam o controle, o adestramento e a modelação dos corpos que ali são enclausurados. Não se trata de reprimi-los, nem de pura e simplesmente mutilá-los, mas de agir sobre eles, produzindo sujeitos.

De acordo com Foucault (1982) o “bio-poder”, no gerenciamento da vida, criou o dispositivo de sexualidade, elemento estratégico de organização da coletividade humana, produzindo efeitos de poder e saber, erigindo instituições para sua aplicação e difusão por todo o tecido social. Pensamos que a instituição social da Religião e a organização da Igreja Católica desempenharam um papel específico no controle e na produção da sexualidade humana tal como ela se configurou ao longo do tempo (Foucault, 1982, 1999b, 1999c).

Assim sendo, atrás dos muros do Seminário Católico, sob o interdito do celibato compulsório, encontramos o frescor do desejo e uma sexualidade fervilhante. O dispositivo de sexualidade, eixo estruturante da sociedade ocidental explicitado por Foucault (1982), nos parece uma hipótese adequada para auxiliar-nos no trabalho de compreender essa instituição e os tipos de subjetividade que ela produz. Pensamos que o Seminário pode ter estatuto de peça do dispositivo de sexualidade: ele produz padres, agentes que possuem importante papel no gerenciamento social da sexualidade.

O Seminário Católico, pesquisado sob a perspectiva de Goffman e Foucault, pode ser pensado como um instituição típica das sociedades disciplinares. Sua técnica principal é o confinamento e seu modo de funcionamento se baseia na lógica do “*Panopticon*” (Foucault, 1984, 1999b, 1999c): visibilidade, vigilância, exame, sanção normalizadora.

Os processos de subjetivação que se produzem na instituição engendram sujeitos que procuram escapar aos saberes constituídos (teorias sobre a formação eclesiástica e pedagógica) e aos poderes dominantes (práticas individualizantes, submetedoras, normativizantes). Os sujeitos que ali emergem parecem possuir uma “espontaneidade rebelde” (DELEUZE, 1992, p. 217), são novos tipos de acontecimentos, evanescentes em sua desterritorialização: corpos, carne sem nome, sem sexo específico, desejo em uma

materialidade brutal, intensidades e instâncias que não se submetem à moral, aos deveres, ao poder, ao saber, distanciando-se e diferindo do que já deixaram de ser.

BENELLI, S. J.. Surveillance and punishment in asylum, prison and catholic seminary. *Revista de Psicologia da UNESP*, n. 1, p. 51-68, 2002.

Abstract: *In this article we query the production of subjectivity in an institutional milieu of a Catholic Seminary. We have gone over Goffman's studies to apply them onto totalitarian institutions; category chosen for our research object. Goffman was situated into historical milieu of forming the disciplinary society, as it was performed by Foucault's works. We have found many intersections issues between Goffman and Foucault. By those analytical tools, we outlined some aspects of the research in progress: we presented some theoretical and practical aspects which illustrate the functioning of disciplinary power at this Catholic Seminary, where we mapped strategies of surveillance, punishment and production of subjectivity.*

Keywords: *psychology and religion, production of subjectivity, institutional analysis, Catholic seminary, total institutions, disciplinary power.*

Referências

- BENELLI, S. J. O convento católico como origem matricial das instituições totais e o surgimento da sociedade disciplinar. Assis, SP: UNESP. (mimeo)
- BRANDÃO, M. Psicologia e formação religiosa. São Paulo: Paulinas, 1984.
- CABRAS, A. Os anjos querem ser homens: um estudo sobre a laicização de padres no Brasil. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.
- CNBB. Formação dos presbíteros da Igreja no Brasil: diretrizes básicas, doc. 55. São Paulo: Paulinas, 1995.
- DELEUZE, G. Conversações. Tradução de P.P. Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1992.
- FINKLER, P. O formador e a formação. Tradução L.R.S.S. Malta. São Paulo: Paulinas, 1990.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade. 4. ed. Tradução M. T. C. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1982. v. 1
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da PUC/RJ, v. 6/7, n. 16, 1984. (Série Letras e Artes)
- _____. História da loucura na Idade Clássica. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999a.
- _____. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Tradução R. Ramalhete. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- _____. Microfísica do poder. Organização e tradução R. Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999c.

- GIORDANI, B. Resposta do homem ao chamado de Deus: estudo psicológico sobre a vocação. Tradução A. Cancian. São Paulo: Loyola, 1990.
- GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. Tradução D. M. Leite. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- JOÃO PAULO II, Papa. Sobre a formação dos sacerdotes “Pastores dabovobis”. São Paulo: Paulinas, 1992.
- LÓPEZ, S. Psicologia e vida consagrada: maturidade, sexo e “eu”. 2. ed. Tradução E. C. Silva, E. C. São Paulo: Paulinas, 1985.
- POMPÉIA, R. O Ateneu. São Paulo: Publifolha, 1997.
- ROCHA, C. L. R. “Muitos são os chamados mas poucos escolhidos”: um estudo sobre a vocação sacerdotal. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- RULLA, L. Psicologia do profundo e vocação. São Paulo: Paulinas, 1981. 3 v.
- SCHERER, O. P. Curso para formadores de Seminários: menor, propedêutico, filosofia, teologia. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 2001. (mimeo)
- TAGLIAVINI, J. V. Garotos no túnel: um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.